

# Congresso, partidos, voto

NEWTON RODRIGUES

A nova sessão legislativa, iniciada no último dia 15, teve como preliminares o reagrupamento do situacionismo e a tentativa frustrada, de criação do "bloquinho" de vários partidos (PTB, PDS, PDC E PL), torpedeada pelo Planalto e PMDB. O primeiro agiu porque não lhe interessa qualquer força organizada com fumaças independentistas, sendo mais cômoda e barata a negociação homem a homem. Para os peemedebistas, era vital o bloqueio da idéia, pois, se formado, o novo grupo seria a segunda força parlamentar, e isso alteraria a composição das comissões.



Tudo se limitou, por enquanto, a rápidos choques de patrulhas, contidas por defesas bem organizadas. Mas, à medida que os problemas se agravarem, o peso de cada congressista aumentará e o desassossego também. A expectativa eleitoral é, por natureza, geradora de rebeldias, devido às contradições entre as linhas gerais dos partidos e os interesses localizados e/ou individualizados.

Sempre foi assim e assim será sempre. O efeito antecipado das urnas já se está fazendo sentir, não só nas bancadas do PMDB e PTB, mas, no que diz respeito à política de alianças, que divide tendências e atinge todas as organizações, com destaque para o PMDB, PSDB, PT E PDT.

Para decisão imediata, há o projeto de decreto legislativo, que objetiva anular os efeitos do decreto presidencial nº 430, que remete para o ano vindouro o pagamento de reajuste de 147% devido aos aposentados. A oposição marcou um tento ao remeter o assunto a plenário, onde tem mais chance de se impor que no âmbito da comissão, que por ele respondia durante o recesso. O desfecho permanece duvidoso; porém, vencido ou vencedor, o governo sairá desgastado: na primeira hipótese, perderá o que teceu arditosamente; na segunda, continuará empurrando para o voto oposicionista milhões de prejudicados.

A complicada decisão do Supremo motivou novo abuso, o do ministro Reinhold Stephanes que, jura, apesar do que determinou o STF, não pagar o devido. Esse reserva de Magri encarna o famoso Frei Tomás, aquele do "façam o que ele diz, não façam o que ele faz": aposentado aos 46 anos, posa de condestável das aposentadorias aos 65 anos.

Até parece o dr. Ulysses, ex-presidencialista renitente e peçachave da vitória desse sistema na Constituinte, o qual, depois de devidamente surrado nas urnas, declara-se "arauto do parlamentarismo", na esperança de ter chances de mando, como aconteceu em 1961.

Em qualquer caso, o prato forte serão as propostas de emendas

constitucionais, com destaque para o Emendão e a que pretende antecipar o plebiscito marcado para 7 de setembro de 1993 e regulamentar a revisão constitucional, que a lei básica estabelece para depois de cinco anos de sua vigência.

Há grande açodamento congressual de conquistar a faca, para cortar o queijo. Apesar de o plebiscito sobre o sistema e forma de governo estarem decididos desde 1988, nada se fez de sério até agora sobre o assunto. Da mesma forma que em 1961, quando a crise política da renúncia do falecido Jânio indicou uma saída de emergência, o parlamentarismo está sendo vendido como panaceia universal, sem nenhum exame competente de como fazê-lo.

Marcha-se para sacrificar as excelências desse regime a toda sorte de "adaptações" casuístas. Despreza-se, mais uma vez, o distanciamento entre a sociedade e o Estado que aumentará se não for corrigida a lei eleitoral, pois o Congresso, filho de brutal desigualdade do valor do voto, consagra o domínio de minorias oligarquizadas e retardatárias. Nos termos em que vem sendo posto, o parlamentarismo entregará também o Executivo a um Legislativo deformado.

Desconhece-se que a simples ameaça oficial de levantar questões de confiança, passíveis de desdobramento pela dissolução do Congresso e convocação de novas eleições, poderá liquidar quaisquer veleidades oposicionistas, devido ao alto custo e mau processo dos pleitos. E essas observações são pequenas amostras de um pano esgarçado.

Apesar dos alalás, é muito difícil emendar a Constituição, o que exige três quintos dos votos, em dois turnos, de cada uma das Casas do Congresso e o próprio plebiscito será de resultado mais que duvidoso. Em 1963, no referendun obtido por Jango, o presidencialismo venceu esmagadoramente (com 76,97% da preferência dos votantes) e a má condução do assunto poderá levar a algo semelhante. Lembre-se que candidatos potenciais à Presidência, como Quércia, Brizola e, provavelmente, Lula formarão contra.

Outro complicador: o Congresso, tradicionalmente pouco operativo, entra em período pré-eleitoral e muitas dezenas de seus integrantes pretendem candidatar-se a prefeituras. A partir de 1º de agosto, quando termina o recesso de meados do ano, o plenário estará ainda mais vazio. Até lá, muita água correrá por debaixo da ponte. Água suja, infestada de muita mentira, como a de que a inflação baixou quando caiu apenas o ritmo de seu crescimento. Entrementes, o xerife Romeu Tuma continuará a procurar boateiros, esquecendo uma pista que leva à origem de tudo: o aparente e precoce envelhecimento presidencial e a mudança de hábitos de um grande atleta de marketing.